



ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

FUNDADO EM 1937

Ofício DIRADMFIN 016/2017

Goiânia, 26 de abril de 2018.

Ilmo. Sr.

LEURY MENDES

DD. Diretor Financeiro da Federação Goiana de Futebol

N e s t a.

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis ACG 2017

Senhor Diretor,

Pelo presente, o Atlético Clube Goianiense, associação desportiva, com sede na Rua Vitória Régia, quadra 01, lote 20, setor Urias Magalhães, Goiânia-Goiás, inscrita no CNPJ sob n. 01.588.755/0001-11, vem respeitosamente, encaminhar as Demonstrações Contábeis exigidas pela Resolução CFC 1.429/2013, Item 16, referente ao ano-base 2017, acompanhadas do relatório emitido pelos auditores independentes, conforme previsto no art.46-A da Lei 10.672/2003.

Atenciosamente,


 **Aline Alves**
Gerente Adm/Financeiro



Rua Vitória Régia, Qd. 01, Lt. 20
Setor Urias Magalhães – Goiânia – Goiás
CEP – 74.565-100 – Tel.: 55 (62)3210-3333

Balanco Patrimonial - Exercício de 2017
CNPJ : 01.588.755/0001-11

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONIVEL		OBRIGACOES A FORNECEDORE	
CAIXA		FORNECEDORES DE MERCADORIAS E SERVICO	
TOTAL CAIXA	1.000,00	TOTAL FORNECEDORES DE MERCADORIAS E SERVICOS	69.300,46
BANCO CONTA MOVIMENTO			
TOTAL BANCO CONTA MOVIMENTO	15.906,21	TOTAL OBRIGACOES A FORNECEDORES	69.300,46
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		OBRIGACOES FINANCEIRA	
TOTAL APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.153.399,93	BANCO CONTA GARANTIDA	
		TOTAL BANCO CONTA GARANTIDA	127,64
TOTAL DISPONIVEL	1.170.306,14	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	
CONTAS A RECEBER		TOTAL EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	1.373.418,29
CREDITO DE ATIVIDADES SOCIAIS/LAZER			
TOTAL CREDITO DE ATIVIDADES SOCIAIS/LAZER	2.341.180,04	TOTAL OBRIGACOES FINANCEIRAS	1.373.545,93
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIO		OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTA	
TOTAL ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS	4.080,00	OBRIGACOES FISCAIS	
OUTROS CREDITO		TOTAL OBRIGACOES FISCAIS	679.583,45
TOTAL OUTROS CREDITOS	654.792,91	OBRIGACOES TRABALHISTA	
		TOTAL OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.818.122,18
TOTAL CONTAS A RECEBER	3.000.052,95	PROVISOE	
VALORES A RECUPERAR		TOTAL PROVISOES	156.238,82
IMPOSTOS A RECUPERAR			
TOTAL IMPOSTOS A RECUPERAR	6.051,13	TOTAL OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTAS	2.653.944,45

Balanco Patrimonial - Exercício de 2017
CNPJ : 01.588.755/0001-11

TOTAL VALORES A RECUPERAR	6.051,13	OUTRAS CONTAS A PAGAR ADIANTAMENTO	1.594.232,29
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	4.176.410,22	TOTAL ADIANTAMENTOS	
ATIVO NAO-CIRCULANTE		OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	
INVESTIMENTO		TOTAL OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	752.589,85
TOTAL INVESTIMENTOS	8.000,00	TOTAL OUTRAS CONTAS A PAGAR	2.346.822,14
TOTAL INVESTIMENTOS	8.000,00	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	6.443.612,98
ATIVO IMOBILIZADO		PASSIVO NAO-CIRCULANTE	
BENS EM OPERACAO		PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
TOTAL BENS EM OPERACAO	18.132.803,43	OBRIGACOES A FORNECEDORES - LP	99.415,97
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		TOTAL OBRIGACOES A FORNECEDORES - LP	
TOTAL IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	1.308.848,30	OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTAS - LP	
(-) DEPRECIACAO		TOTAL OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTAS - LP	26.175.444,94
TOTAL (-) DEPRECIACAO	235.996,06	TOTAL PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	26.274.860,91
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	19.205.655,67	TOTAL PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.274.860,91
ATIVO INTANGIVEL		PATRIMONIO SOCIAL	
ATLETAS PROFISSIONAIS		FUNDO PATRIMONIAL	
TOTAL ATLETAS PROFISSIONAIS	1.428.933,33	FUNDO PATRIMONIAL	
ATLETAS EM FORMACAO DO FUTEBOL		TOTAL FUNDO PATRIMONIAL	16.482.714,81



Balanco Patrimonial - Exercício de 2017
CNPJ : 01.588.755/0001-11

TOTAL ATLETAS EM FORMACAO DO FUTEBOL		TOTAL FUNDO PATRIMONIAL	
674.383,62		16.482.714,81	
(-) AMORTIZACOES DE ATLETA		SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	
		SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	
TOTAL (-) AMORTIZACOES DE ATLETAS		TOTAL SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS	
628.374,58 C		24.336.180,44 D	
TOTAL ATIVO INTANGIVEL		TOTAL SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS	
1.474.942,37		24.336.180,44 D	
TOTAL ATIVO NAO-CIRCULANTE		TOTAL PATRIMONIO SOCIAL	
20.688.598,04		7.853.465,63 D	
TOTAL ATIVO		TOTAL PASSIVO	
24.865.008,26		24.865.008,26	

GOIANIA - GO , 31 de dezembro de 2017

MAURICIO BORGES SAMPAIO

DIRETOR PRESIDENTE

CPF: 212.854.201-44

JOEL DORNELAS DA COSTA

Contador(a) CRC: 8323

CNPJ: 05.936.872/0001-80

R.G.:1407216 Org. Exp.: SSPGO

Joel Dornelas da Costa
Contador
CRC - GO 8323

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - CNPJ: 01.588.755/0001-11

RECEITA

DIREITOS DE TRANSMISSÃO	29.000.000,00	
REPASSE DE DIREITOS FEDERATIVOS	3.799.579,61	
PATROCÍNIO/ MARKETING	6.703.874,15	
BILHETERIA	4.128.701,74	
PROGRAMA SÓCIO-PROPRIETÁRIO	60.822,29	
LOTERIAS ESPORTIVAS	1.271.030,88	
	44.964.008,47	44.964.008,47

CUSTO

OUTROS CUSTOS	(4.362.099,24)	
CUSTO COM PESSOAL	(15.967.867,73)	
	(20.329.966,97)	24.634.041,50

RESULTADO BRUTO

DESPESAS

DESPESAS C MATERIAIS	(150.949,86)	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(5.343.644,27)	
DESPESAS TRIBUTARIAS	(1.889.758,69)	
SERVICOS DE TERCEIROS	(2.462.677,86)	
DESPESAS GERAIS	(1.578.757,01)	
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(7.685.692,64)	
	(19.111.480,33)	5.522.561,17

RESULTADO FINANCEIRO

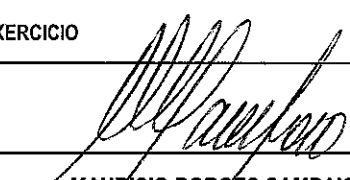
RECEITAS FINANCEIRAS	55.661,90	
DEMAIS RECEITAS	61.692,62	
DESPESAS FINANCEIRAS	(838.147,94)	
OUTRAS RECEITAS	4.746,62	
	(716.046,80)	4.806.514,37

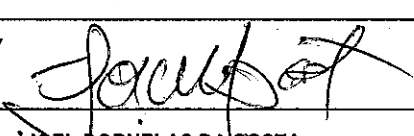
SUPERAVIT

SUPERAVIT DO EXERCÍCIO

R\$ 4.806.514,37

GOIANIA - GO, 31 de dezembro de 2017


MAURICIO BORGES SAMPAIO
DIRETOR PRESIDENTE
R.G.: Org. Exp.:
CPF: 212.854.201-44


JOEL DORNELAS DA COSTA
Contador(a) CRC: 8323
R.G.: 1407216 Org. Exp.: SSPGO
CNPJ: 05.936.872/0001-80

Atlético Clube Goianiense

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante			Não Auditado/ Reapresentado conforme Nota nº 22	Circulante			Não Auditado/ Reapresentado conforme Nota nº 22
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.170.306	1.031.622	Fornecedores		69.300	166.244
Contas a receber	6	2.341.180	-	Empréstimos, financiamentos e encargos	11	3.229.730	3.272.588
Tributos e contribuições a recuperar		6.051	685.656	Obrigações trabalhistas e sociais	12	2.010.873	23.828.828
Partes Relacionadas	7	500.000	500.000	Outras contas a pagar	13	2.346.822	6.350.000
Outros créditos	8	158.873	4.406.455			7.656.725	33.617.660
		4.176.410	6.623.733				
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras restritas		8.000	8.000	Fornecedores		99.416	-
Imobilizado	9	19.205.656	17.464.428	Rescisões a pagar	14	5.099.365	-
Intangível	10	1.474.942	8.100	Parcelamentos tributários	15	13.036.722	421.475
		20.688.598	17.480.528	Acordos Processuais trabalhistas		996.737	3.953.337
				Partes Relacionadas	7		627.953
				Provisões para riscos processuais	16	7.685.693	-
						26.917.933	5.002.765
				Patrimônio Social			
				Fundo Patrimonial	17	16.482.715	16.482.715
				Superavit/Deficit Acumulados		(26.192.365)	(30.998.879)
						(9.709.650)	(14.516.164)
Total do ativo		24.865.008	24.104.261	Total do passivo e do patrimônio líquido		24.865.008	24.104.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

0

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>não auditado/</u> <u>Reapresentado</u> <u>conforme Nota</u> <u>explicativa nº</u>
Segmento Futebol			
Receita			
Direitos de Transmissão		29.000.000	6.166.735
Bilheteria		4.128.702	2.071.312
Patrocínio		4.797.874	5.520.840
Sócio Torcedor		60.822	87.532
Negociação de atletas		3.799.580	6.395.726
(=) Lucro bruto no segmento futebol		41.786.978	20.242.145
(+/-) Despesas/receitas operacionais no segmento futebol			
Gerais e administrativas		(39.441.447)	(21.532.578)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.181.777	(3.953.337)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.527.308	(5.243.770)
Despesas financeiras		(838.148)	(428.556)
Receitas financeiras		117.355	152.081
(=) Resultado financeiro líquido		(720.793)	(276.475)
(=) Superávit ou (Deficit) do Exercício		4.806.514	(5.520.245)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		Não Auditado
Superávit/(Déficit) do Exercício	4.806.514	(5.520.245)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.806.514</u>	<u>(5.520.245)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Lucros/prejuízos		
	Capital social	acumulados (reapresentado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.482.715	(25.478.634)	(8.995.920)
Déficit do exercício		(5.520.245)	(5.520.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.482.715	(30.998.879)	(14.516.164)
Superávit do exercício		4.806.514	4.806.514
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.482.715	(26.192.365)	(9.709.650)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
		Não Auditado
Superávit/(Deficit) do Exercício	4.806.514	(5.520.245)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisões para riscos processuais	7.685.693	
Depreciação e amortização	5.408.502	24.536
	17.900.709	(5.495.709)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	(2.341.180)	-
(Aumento)/ diminuição nos tributos e contribuições a recuperar	679.605	522.793
(Aumento)/ diminuição nos demais ativos circulantes	4.247.582	(2.129.161)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	2.472	27.184
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(21.817.955)	1.223.136
Aumento/(diminuição) em rescisões a pagar	5.099.365	-
Aumento/(diminuição) em acordos processuais trabalhistas	(2.956.600)	-
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	(3.988.060)	5.717.227
Caixa líquido das atividades operacionais	(3.174.061)	(134.529)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.837.016)	(93.492)
Aquisição de intangível	(6.779.555)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(8.616.571)	(93.492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	11.929.317	(785.330)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	11.929.317	(785.330)
Aumento/(redução) líquido de caixa	138.685	(1.013.351)
Caixa no início do período	1.031.622	2.044.973
Caixa no final do período	1.170.306	1.031.622
Aumento/(redução) líquido de caixa	138.685	(1.013.351)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017



Mensagem do Presidente

Em cumprimento ao disposto em nosso Estatuto Social, apresentamos a seguir relatório das atividades realizadas no ano de 2017, incluindo os demonstrativos financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Além disso, cumpre-nos comparar o período que se encerra ao ano imediatamente anterior. O ano de 2017 marca a consolidação do processo de reconstrução da imagem e das finanças do Clube, sem deixar em segundo plano a qualidade e competitividade da equipe profissional de futebol e os investimentos no futebol de base. No que se refere às finanças, estão sendo tomadas decisões para melhor aplicação dos recursos recebidos. Nosso Conselho Deliberativo, no cumprimento de suas atribuições, teve fundamental importância na reforma do nosso Estatuto Social, que se converteu num instrumento moderno e que abre caminho para a profissionalização total do Atlético Clube Goianiense, demonstrando mais transparência e responsabilidade econômico financeira, na esteira daquilo que determina a Lei Federal 13.155/2015 (PROFUT). Para apoiar-nos nesta missão de consolidar a transparência e a governança corporativa nas práticas administrativas do Clube.

Em relação ao Futebol Profissional, investimos R\$ 4,7 milhões na contratação dos atletas, entre outros. Num ano de reconstrução, não tivemos um bom desempenho na série A, o que causou o rebaixamento do clube para série B. No Futebol de Base, prosseguimos com investimentos em três categorias de base sub-15, sub-17 e sub-19.

O Clube apresentou um SUPERAVIT de R\$ 4,8 milhões, depois de uma sequência de déficits significativos (R\$ 3,7 milhões em 2016). Estes importantes resultados decorrem principalmente do significativo crescimento de nossas Receitas de Publicidade e Patrocínio (4,7 milhões em 2017); o aumento das receitas com direitos de transmissão pela televisão, principalmente Campeonato Brasileiro, Copa Brasil e Campeonato Goiano (R\$ 29 milhões em relação a 2017); a negociação de Direitos Federativos de atletas profissionais (vendas no R\$ 3,7 milhões). Superamos, portanto, nosso compromisso de redução do déficit apresentado em 2016 e, para 2018, projetamos equilíbrio entre receitas e despesas, mantendo a política de austeridade nas despesas e investimentos do Clube, sempre respeitando as determinações do PROFUT. Finalmente, pelas mais diversas contribuições que deram ao Atlético Clube Goianiense ao longo do ano de 2017, agradecemos aos nossos Associados, Conselheiros, Torcedores, Patrocinadores, Instituições Financeiras e Colaboradores.

Mauricio Borges Sampaio
Diretor Presidente

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Associados
Atlético Clube Goianiense.
Goiânia – Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Atlético Clube Goianiense (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Atlético Clube Goianiense. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aquelas aplicáveis às pequenas médias empresas (NBC TG 1000 – R1), as normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1) e entidades desportivas profissionais (ITG 2003).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação nos saldos de abertura

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, não estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis do exercício corrente aplicáveis às pequenas médias empresas (NBC TG 1000 – R1), as normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1) e entidades desportivas profissionais (ITG 2003) e de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre as transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2017, conforme determina a NBC TA 510 – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Controle físico do ativo imobilizado

O Clube está em processo de levantamento do controle físico do ativo imobilizado para subsidiar a análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem nas respectivas rubricas do imobilizado. Em decorrência desse processo de implementação dos controles, o Clube não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e pela interpretação Técnica ICPC 10, portanto, o Clube decidiu continuar depreciando o saldo do ativo imobilizado utilizando as taxas permitidas pela legislação tributária. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$ 19.205 mil e R\$ 265 mil, respectivamente, advindos desse tema em 31 de dezembro de 2017.

Ajustes contingências, acordos judiciais registrados no exercício corrente.

Conforme nota explicativa nº 19, o clube procedeu diversos ajustes na rubrica de provisão para riscos processuais e acordos judiciais decorrentes de ajustes de práticas contábeis e correção de erros no montante de R\$ 7.685 mil. Esses ajustes foram refletidos nos livros contábeis diretamente no resultado do exercício de 2017, sem segregar adequadamente o que era correspondente aos exercícios anteriores e exercício corrente. Desta forma, as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram reformuladas para refletir os referidos ajustes, conforme previsto no Pronunciamento contábil CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas e correção de erros

Ausência de composição auxiliar analítica

Conforme Notas Explicativas n.ºs 11, 13 e 14 o Clube possui registrado como empréstimos e financiamentos, o montante de R\$1.367 mil, referente a Dívidas com a Confederação Brasileira de Futebol, o montante de R\$1.319 mil referentes a Premiações a pagar e o montante de R\$ 5.099 mil referente a rescisões a pagar. Em nossos exames não nos foi apresentado composição analítica auxiliar na data base de 31 de dezembro de 2017 das referidas rubricas. A administração do Clube vem adotando procedimentos para a elaboração dos relatórios auxiliares das contas, contudo até o término de nossos exames, os trabalhos não haviam sido concluídos. Consequentemente, não podemos avaliar quanto à adequação dos saldos contábeis das referidas rubricas em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Conforme mencionado na Nota 15, o clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). Como resultado, o Clube atualizou o valor de seus débitos e tem recolhido, desde então, os tributos e contribuições incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. Até a data de emissão desse relatório, os órgãos competentes não homologaram a consolidação dos débitos que ratificasse os cálculos apresentados quando da adesão, protocolada em novembro de 2015, podendo até a homologação, solicitar-se que o Clube apresente outros esclarecimentos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Partes Relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 7 onde descreve que o Atlético Clube Goianiense, realiza transações significativas com partes relacionadas. Essas transações foram efetivadas de acordo com termos estabelecidos pela Administração do Clube em conjunto com seus administradores. O resultado das operações e a posição financeira da Entidade poderiam ser diferentes daquelas que seriam obtidas caso referidas transações fossem efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade

O clube vem apresentando sucessivos e relevantes déficits nos últimos exercícios, aumentando o grau de endividamento e passivo a descoberto. A partir de 2015, a Entidade iniciou processo conjunto de reestruturação operacional e financeira. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na Nota Explicativa nº 1. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

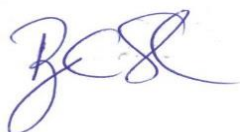
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 23 de abril de 2018.

 VR G·R·O·U·P

VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC 1 GO 02158/O-4



Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

1. Informações gerais

A Atlético Clube Goianiense (Clube) fundado em 2 de abril de 1937, com sede administrativa e centro de treinamento situada a Rua Vitoria Regia, Qd. 01, LT. 20, Setor Urias Magalhaes, Goiânia-Go, sendo entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria tendo por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, esportivas tendo o futebol como principal bandeira.

Em 31 de dezembro de 2017, o Clube apresenta passivo a descoberto no montante de R\$(9.709.650) (2016 R\$ (14.516.164) e um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ (3.480.315) e (2016 - R\$ 27.703.729).

A administração do Clube tem trabalhado na implementação de medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido, entre as quais:

- Controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários
- Renegociação de dívidas com redução de encargos e redução dos contratos de empréstimos
- Elevação da receita com renovação ou negociação de novos contratos de direitos de transmissão, patrocínio e uniforme
- Desenvolvimento de novas parcerias de marketing
- Ampliação do programa sócio proprietário; e
- Aumento da receita de jogos por meio de incentivos ao comparecimento da torcida e investimentos nas divisões de base como fonte de talentos.

As demonstrações FINANCEIRAS foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria em 23 de Abril de 2018.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade específicas para entidades desportivas, ITG 2003.

Conforme previsto na referida resolução, os registros contábeis do Clube evidenciam as contas de receitas, custos e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube.

As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Valor realizável dos ativos fixos e intangíveis; e
- Análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço.

Informações adicionais sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas notas explicativas. Os pronunciamentos, interpretações de CPCs, IFRS que entraram em vigor em 2017 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Clube.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação da Clube dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.1.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrará em vigor a norma CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, recepcionada pela revisão da ITG 2003 (R1), havendo expectativa de impacto significativo nas demonstrações financeiras do Clube, no exercício a finda em 31 de dezembro de 2018, conforme destacado a seguir.

■ IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Conforme estipulado no pronunciamento técnico CPC 47, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, a taxa inicial não restituível deverá ser reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços forem prestados. Embora o Clube tenha direito irrestrito às luvas/ bônus de assinatura do contrato de cessão de direitos de transmissão exibição dos jogos do Campeonato Brasileiro, firmado com a Rede Globo de Televisão, deverá reconhecer, durante o exercício de 2018, uma receita diferida, em contrapartida a uma redução do patrimônio líquido no saldo de abertura, devendo apropriar a receita diferida pelo período do contrato principal de transmissão.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades do Clube.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Clube), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.4. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Clube como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Clube e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. O Clube realiza depreciação fiscal calculada pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela receita federal.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.7. Ativos intangíveis

2.7.1. Atletas Profissionais

Os valores registrados nesta rubrica são valores gastos com a aquisição/renovação de contratos com atletas profissionais, inclusive luvas, e comissões, desde que sejam esperados benefícios econômicos atribuíveis a este ativo e os custos correspondentes possam ser mensurados com confiabilidade, comprovado por intermédio do contrato correspondente.

2.7.2. Atletas em Formação

Reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica de “Atletas formados” e amortizados no resultado do exercício pelo prazo contratual firmado.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10. Impostos e contribuições

2.10.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro (CSLL)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, o Clube goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

2.10.2. Programa para Integração Social (PIS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, o Clube está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

2.10.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, o Clube goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

2.11. Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e/ou os direitos federativos são transferidos ao outro clube.

(a) Mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente.

(b) Receita com direito de transmissão

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

(c) Publicidade Patrocínios

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho fiscal do Clube. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria do Clube e posteriormente submetida à apreciação do Conselho Fiscal e Deliberativo.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central do Clube, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades do Clube a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Clube se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Clube.

A gestão de risco é realizada pela alta administração do Clube, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração do Clube identifica, avalia e protege a Clube contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

O Clube está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade do Clube vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Clube não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Clube decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Clube ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Clube ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos do Clube está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração do Clube.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Clube para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Clube, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelo Clube, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2017, o Clube mantinha fundos de curto prazo

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

investidos de R\$ 1.153.399,93(2016 - R\$ 0,00) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a mensuração da totalidade dos derivativos da Clube e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 12.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O clube não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Clube no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais

O Clube é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

b) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Clube com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016 (Não Auditado)
Caixa	1.000	1.030.642
Banco conta movimento	15.906	980
Aplicações financeiras	1.153.400	-
	<u>1.170.306</u>	<u>1.031.622</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	2017	2016 (Não Auditado)
Caixa Economica Federal	1.585.000	-
Faculdade Alfredo Nasser Ltda	76.000	-
Luztol Industrial Quimica Ltda	38.000	-
Timemania	642.180	-
	<u>2.341.180</u>	<u>-</u>

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida quando existe evidência de perda como atraso superior há mais de 120 dias. A administração após análises individualizadas dos créditos a receber, entendeu não ser necessária à constituição da provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa.

7. Partes Relacionadas

O Clube efetuou operações com partes relacionadas, por meio de empréstimos, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Mútuos/empréstimo		Mútuos/empréstimos	
	2017	2016	2017	2016
		Não Auditado		Não auditado
Empréstimos a terceiros	500.000	500.000	-	-
Empréstimo mútuo	-	-	-	627.953
	500.000	500.000	-	627.953

8. Outros Créditos

	2017	2016 (Não Auditado)
Adiantamentos a Fornecedores Diversos	-	553.324
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	-	1.892.660
Adiantamentos a Funcionários	4.080	1.892.660
Depósitos Judiciais	154.793	67.812
	158.873	4.406.455

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016 (Não Auditado)
Terrenos	16.800.000	-	16.800.000	16.800.000
Computadores e Periféricos	59.116	24.867	34.249	5.040
Aparelhos de Musculação e Esportivos	144.864	25.609	119.255	9.401
Móveis e Utensílios	226.849	61.062	165.787	48.263
Máquinas e Equipamentos	311.424	79.845	231.580	59.073
Prédios e Edificações	371.056	-	371.056	371.056
Veículos	219.494	44.614	174.880	96.594
Outros			-	75.000
Obras em Andamento*	1.308.848	-	1.308.848	-
Total	19.441.652	235.996	19.205.656	17.464.428

* Refere-se a obras de ampliação do Estádio Antônio Accioly.

O Clube realiza depreciação fiscal calculada pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela receita federal.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

10. Intangível

	Contrato		Custo	Amortização	Saldo líquido	
	Início	Termo			2017	2016 (Não Auditado)
ADNIELLYSON DA S OLIVEIRA	01/04/17	31/12/17	76.400	76.400	-	-
ALIPIO DUARTE BRANDÃO	02/01/17	30/04/17	80.450	80.450	-	-
BRUNO DE JESUS PACHECO	02/01/17	30/11/17	182.500	182.500	-	-
DANIEL FORTUNATO BORGE	02/01/17	30/04/17	56.000	56.000	-	-
DIEGO SILVA ROSA	09/06/17	06/12/17	189.200	189.200	-	-
EDUARDO JOSE D. SOUZA	06/04/17	26/07/17	99.000	99.000	-	-
EVERALDO STUM	17/04/17	17/07/17	101.199	101.199	-	-
FABIO VIRGINIO DE LIMA	01/01/16	01/01/17	-	-	-	3.600
FELIPE G. DOS PRAZERES	01/01/17	22/08/17	124.640	124.640	-	-
GILVAN SOUZA CORREIA	06/07/17	31/12/17	117.334	117.334	-	-
GULHERME FERREIRA PINTO	27/01/17	18/05/17	169.672	169.672	-	-
IGOR H. MARTINS MACHADO	07/04/17	05/12/17	87.233	87.233	-	-
JEFFERSON V. BRAZ SILVA	04/07/17	31/12/17	60.000	60.000	-	-
JOÃO FELIPE R. DA C. SILVA	01/03/17	30/04/17	36.000	36.000	-	-
JONATHAN F. LEMOS	05/01/17	05/12/17	116.450	116.450	-	-
JORGE DE MOURA XAVIER	01/02/17	31/12/19	700.000	219.285	480.715	-
JUCIMAR LIAM PACEHCO	11/01/17	21/08/17	274.900	274.900	-	-
KLEVER RODRIGO G. RUFINO	01/12/16	06/12/18	677.600	364.152	313.448	-
LUIZ FERNANDO MORAES DOS SANTOS	01/04/17	08/02/18	51.333	44.937	6.396	-
LUIZ SEVERO JUNIOR	17/07/15	13/07/17	553.000	553.000	-	-
MARCOS ANTONIO A. SILVA	19/04/17	20/07/17	46.000	46.000	-	-
MARCOS ANTONIO A. SILVA	21/07/17	07/12/17	143.367	143.367	-	-
MARCOS DE PAULA DUDRA	01/07/17	12/01/18	51.800	51.800	-	-
MAHATMA GANDHI	01/01/15	01/01/17	-	-	-	4.500
NILTON SOARES RODRIGUES	04/07/17	10/12/17	190.000	190.000	-	-
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	05/07/17	05/12/17	130.833	130.833	-	-
RAFAEL DE JESUS BONFIM	02/01/17	30/05/17	30.000	30.000	-	-
RICARDO CESAR D. DA SILVA	01/01/17	31/12/17	180.000	180.000	-	-
ROBERTO PIMENTA V. FILHO	02/01/17	17/05/17	22.823	22.823	-	-
ROGER DE CARVALHO	02/01/17	31/12/17	349.500	349.500	-	-
WALTER HENRIQUE DA SILVA	09/03/17	31/12/17	667.000	667.000	-	-
WALTERSON SILVA	09/04/17	10/07/17	72.000	72.000	-	-
WANDERSON C. OLIVEIRA	01/02/17	01/05/17	135.830	135.830	-	-
WILLIAM A. ALVES CONSERVA	18/07/17	10/12/17	96.000	96.000	-	-
WILLIAMS DOS S. SANTANA	02/01/17	30/05/17	105.000	105.000	-	-
Atletas Profissionais			5.973.065	5.172.506	800.559	8.100
Atletas em formação						
Sub-15					184.501	-
Sub-17					299.019	-
Sub-19					190.863	-
Atletas em formação					674.384	-
Total Intangível					1.474.942	8.100

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

11. Empréstimos, financiamentos e encargos

	2017	2016 (Não Auditado)
Banco Bradesco	128	128
Confederação Brasileira de Futebol	1.367.345	1.367.345
Empréstimos de Terceiro	6.073	200.000
Juros s/empréstimos	-	(151.069)
	<u>1.373.546</u>	<u>1.416.404</u>

12. Obrigações trabalhistas e sociais.

	2017	2016 (Não Auditado)
Acordos Trabalhistas	950.900	-
Rescisões a pagar	152.329	9.684.515
Salários a Pagar	225.077	88.450
IRRF s salários a recolher	228.193	9.704.149
INSS a recolher	88.270	3.634.720
Pis a Recolher	15.858	453.747
Provisão de Férias	156.239	-
Outros	194.007	263.247
	<u>2.010.873</u>	<u>23.828.828</u>

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

13. Outras Contas a Pagar

	2017	2016 (Não Auditado)
Premiações a Pagar	1.319.232	3.200.000
Contratos de Imagem a Pagar	294.304	-
Contratos de Luvas a Pagar	458.286	-
Antecipação de Receita TC/Internet	-	3.000.000
Outros	275.000	150.000
	<u>2.346.822</u>	<u>6.350.000</u>

14. Rescisões a Pagar

	2017	2016 (Não Auditado)
Rescisões a Pagar	5.099.365	-
	<u>5.099.365</u>	<u>-</u>

O Atlético Clube Goianiense em 2017 passou por uma reestruturação em seu departamento jurídico realizando diversos acordos, registrando no exercício de 2017 sem segregação adequada do montante correspondente aos exercícios anteriores e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

15. Parcelamentos Tributários

	Homologado pela autoridade fiscal	Pendente Homologação	Total 31/12/2017	2016 (Não Auditado)
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante				
Parcelamento Profut FGTS	326.619	-	326.619	339.626
Parcelamento Profut a Consolidar	12.700.359	-	12.700.359	-
Tributos Municipais Parcelados	9.743	-	9.743	81.849
	<u>13.036.722</u>	<u>-</u>	<u>13.036.722</u>	<u>421.475</u>
Circulante	<u>643.072</u>			
Não Circulante	<u>12.393.650</u>			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

(i) Parcelamento de acordo com a Lei no 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB no 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento em 240 prestações e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais resultando em um impacto positivo de aproximadamente R\$ 4,9 milhões registrado em 2015.

Desde setembro de 2015, o Clube está recolhendo os tributos incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340.

A confirmação dos efeitos do Parcelamento “PROFUT” depende também da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que parte do montante hoje reconhecido no passivo do Clube poderá sofrer alterações.

Adicionalmente, a manutenção do Clube no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa.

16. Provisão para riscos processuais

O Clube possui processos trabalhistas e cíveis, os quais surgiram no curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constituiu provisão para cobrir as possíveis perdas das ações em curso. Tais levantamentos foram iniciados e registrados no exercício de 2017, sem segregar adequadamente o que era adequadamente correspondente aos exercícios anteriores e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Clube é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016 (Não Auditado)
Provisões Trabalhistas	6.805.581	-
Provisões Cíveis	880.111	-
	7.685.692	-

(a) Natureza das contingências

O Clube é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-atletas vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2017 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 319.301,00 (trezentos e dezenove mil e trezentos e um reais) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais do Clube aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

17. Patrimônio social

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Clube era de R\$ 16.482.714,81 (dezesesseis milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alteração no capital social, sua composição é de R\$ 16.482.714,81 (dezesesseis milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos).

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

18. Receita líquida

	2017	2016 (Não Auditado)
Direitos de Transmissão	29.000.000	8.022.919
Bilheteria	4.128.702	2.071.312
Patrocínio/Marketing	6.703.874	5.520.840
Programa Socio-Torcedor	60.822	87.532
Negociação de Atletas	3.799.580	6.395.726
Loterias esportivas	1.271.031	
	<u>44.964.009</u>	<u>22.098.329</u>

19. Despesas Gerais e Administrativas

	2017	2016 (Não Auditado)
Custos com Pessoal	15.967.868	7.416.861,80
Outros Custos com Pessoal	4.362.099	9.300.933
Despesas Administrativas	7.957.272	3.456.143
Despesas Tributárias	1.889.759	85.396
Despesas Gerais	1.578.757	1.273.244
Despesas com Processos Judiciais	7.685.693	3.953.337
	<u>39.441.447</u>	<u>25.485.915</u>

20. Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas

	2017	2016 (Não Auditado)
Recuperação de Despesas	4.747	-
	<u>4.747</u>	<u>-</u>

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

21. Seguros (Não auditado)

O Clube adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Reapresentação Saldos Comparativos

As demonstrações contábeis do exercício de 2016 estão sendo reapresentadas em decorrência de ajustes de CPCs e da ITG 2003, não aplicáveis corretamente na sua adoção inicial. A seguir a conciliação ente os saldos publicados anteriormente e os saldos reapresentados:

	31/12/2016			
	Saldo publicado 31/12/2016	Efeitos de ajustes e reclassificações reapresentações		Saldos reapresentados 31/12/2016
		Reclassificações	Ajustes	
Ativo	24.104.261	-	30.411	24.104.261
Ativo circulante	6.623.733	-	-	6.623.733
Caixa e equivalentes de caixa	1.031.622	-	-	1.031.622
Valores a recuperar	51.011	(a) (51.011)	-	0
Tributos e contribuições a recuperar		(b) 685.656	-	685.656
Partes relacionadas		(c) 500.000	-	500.000
Adiantamentos a fornecedores	2.445.984	(d) (2.445.984)	-	0
Adiantamentos a funcionários	1.892.660	(d) (1.892.660)	-	0
Outros valores a recuperar	634.645	(b) (634.645)	-	0
Outros créditos	567.811	(d) 3.838.644	-	4.406.455
Ativo não circulante	17.480.528	-	-	17.480.528
Outros Investimentos	8.000			8.000
Ativo Imobilizado	17.464.428			17.464.428
Ativo Intangível	8.100			8.100

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Passivo	3.175.800	-	-	3.206.211
Passivo circulante	34.327.462	-	-	31.761.476
Fornecedores	166.244	-	-	166.244
Empréstimos e financiamentos	3.982.390	(e) (c) (709.802)	(g) (1.856.184)	1.416.404
Obrigações Fiscais e trabalhistas	23.828.828	-	-	23.828.828
Outras contas a pagar	6.350.000	-	-	6.350.000
Passivo não circulante	339.626	-	-	5.002.765
Obrigações Fiscais e trabalhistas	339.626	(e) (339.626)	-	0
Parcelamentos tributários	0	(e) 421.475	-	421.475
Partes relacionadas	0	(c) 627.953		627.953
Acordos Processuais		-	(f) 3.953.337	3.953.337
Patrimônio líquido	(10.562.828)	0	(2.097.153)	(12.659.981)
Fundo Patrimonial	16.482.715	-	-	16.482.715
Ajustes de exercícios anteriores	(1.741.509)	(h) 1.741.509	-	0
Déficit acumulados	(25.304.033)	(h) (1.741.509)	(f) (g) (2.097.153)	(29.142.696)

a) Valores a recuperar- Valor foi reclassificados para a rubrica Tributos e contribuições a recuperar para uma melhor apresentação.

b) Tributos e contribuições a recuperar: Além de receber os valores registrados em “Valores a recuperar”, foi reclassificado para esta rubrica o saldo anteriormente classificado como “Outros Valores a recuperar”, que são representados pelos pagamentos dos parcelamentos do Profut, que o clube registrava no ativo até a homologação do referido parcelamento.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

- c) Partes relacionadas: Anteriormente registrado como outros créditos e empréstimos e financiamentos, foi reclassificado para a rubrica de Partes Relacionadas, pois se trata de créditos a receber e créditos a pagar com pessoas ligadas ao clube. Esta reclassificação está aderente ao preconizado na ITG 2003, NBC TG 1000- R1 e ITG 2002.
- d) Adiantamentos a fornecedores e a funcionários- Foram reclassificados para outros créditos.
- e) Obrigações Fiscais e trabalhistas- Foram reclassificados para parcelamentos do PROFUT.
- f) Acordos processuais- Valores anteriormente registrados como ajuste de exercícios anteriores, conta que está em desuso, conforme CPC 23. Reconhecemos no resultado do exercício de 2016, pois os referidos acordos correspondiam a eventos do exercício anterior.
- g) Reconhecimento das retenções das parcelas dos empréstimos da CBF, onde os valores eram retidos do repasse das receitas mensais, não reconhecido em 2016.
- h) Reconhecimento dos ajustes de exercícios anteriores no déficit acumulado, em razão do CPC 23, não mais permitir a utilização desta rubrica contábil.

* * *